

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	14
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	16
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	17
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	18
--------------------------------	----

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	20
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	21
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	22
----------------------------------	----

Relatório da Administração	23
----------------------------	----

Notas Explicativas	33
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	58
---	----

Proposta de Orçamento de Capital	59
----------------------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	60
---	----

## Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	61
--	----

## Índice

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	64
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	65
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	66

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2016</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	9.000.000
Preferenciais	18.000.000
<b>Total</b>	<b>27.000.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2014</b>
1	Ativo Total	67.637	104.873	104.297
1.01	Ativo Circulante	2.904	17.551	19.847
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9	1.241	4.016
1.01.01.01	Caixa e Bancos	9	116	288
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	0	1.125	3.728
1.01.03	Contas a Receber	1.336	14.469	13.470
1.01.03.01	Clientes	1.336	14.469	13.470
1.01.04	Estoques	0	453	361
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.559	1.388	2.000
1.01.08.03	Outros	1.559	1.388	2.000
1.01.08.03.01	Impostos a Recuperar e Outros Créditos	116	64	87
1.01.08.03.02	Depósitos Judiciais	1.443	1.324	1.444
1.01.08.03.03	Juros s/Capital Próprio a Receber	0	0	469
1.02	Ativo Não Circulante	64.733	87.322	84.450
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	20.486	19.146	21.667
1.02.01.03	Contas a Receber	1.380	1.380	1.380
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.380	1.380	1.380
1.02.01.04	Estoques	8.065	9.561	11.786
1.02.01.04.01	Estoques de Imóveis	8.065	9.561	11.786
1.02.01.06	Tributos Diferidos	11.041	8.205	8.501
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	558	503	799
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais - Prejuízo Fiscal	10.483	7.702	7.702
1.02.02	Investimentos	31.612	55.839	51.674
1.02.02.01	Participações Societárias	31.612	55.839	51.674
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	31.610	55.837	51.672
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2	2	2
1.02.03	Imobilizado	12.635	12.337	11.109
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	12.635	12.337	11.109

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2014</b>
2	Passivo Total	67.637	104.873	104.297
2.01	Passivo Circulante	12.524	10.118	7.676
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.072	748	585
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.072	748	585
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	1.072	748	585
2.01.02	Fornecedores	939	1.117	2.091
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	939	1.117	2.091
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.763	2.810	2.305
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.763	2.810	2.305
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias - Refis Lei 9964/2000	1.579	1.305	1.268
2.01.03.01.03	Obrigações Tributárias - Outros Impostos	1.184	1.505	1.037
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.000	1.000	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.000	1.000	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	1.000	0
2.01.05	Outras Obrigações	5.745	2.619	1.162
2.01.05.02	Outros	5.745	2.619	1.162
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	36	1.637	46
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	6	6	503
2.01.05.02.04	Salários	910	811	562
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	4.793	165	51
2.01.06	Provisões	1.005	1.824	1.533
2.01.06.02	Outras Provisões	1.005	1.824	1.533
2.02	Passivo Não Circulante	49.246	49.632	51.450
2.02.03	Tributos Diferidos	48.246	48.632	49.450
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	48.246	48.632	49.450
2.02.03.01.01	Obrigações Tributárias - Refis Lei 9964/2000	43.411	43.290	43.322
2.02.03.01.02	Obrigações Tributárias - Outros Impostos	4.835	5.342	6.128
2.02.04	Provisões	1.000	1.000	2.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.000	1.000	2.000

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2014</b>
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.000	1.000	2.000
2.03	Patrimônio Líquido	5.867	45.123	45.171
2.03.01	Capital Social Realizado	28.047	28.047	28.047
2.03.03	Reservas de Reavaliação	9.385	10.369	11.895
2.03.04	Reservas de Lucros	0	6.707	5.229
2.03.04.01	Reserva Legal	0	416	354
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	6.291	4.875
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-31.565	0	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.136	27.305	56.557
3.01.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.541	29.298	61.652
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	-405	-1.993	-5.095
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-10.246	-17.437	-42.556
3.03	Resultado Bruto	-6.110	9.868	14.001
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-34.447	-7.092	-6.791
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.415	-9.283	-8.397
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	7.262	862	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-1.058
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-33.294	1.329	2.664
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-40.557	2.776	7.210
3.06	Resultado Financeiro	-2.042	-1.235	1.656
3.06.01	Receitas Financeiras	5	133	2.819
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.047	-1.368	-1.163
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-42.599	1.541	8.866
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.836	-296	-1.791
3.08.01	Corrente	0	144	-1.910
3.08.02	Diferido	2.836	-440	119
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-39.763	1.245	7.075
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-39.763	1.245	7.075
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-1,47000	0,46125	0,26207
3.99.01.02	PN	-1,47000	0,46125	0,26207

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-39.763	1.245	7.075
4.02	Outros Resultados Abrangentes	984	1.526	39
4.03	Resultado Abrangente do Período	-38.779	2.771	7.114



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	10.075	1.114	832
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-7.803	831	6.321
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	-42.599	1.541	7.075
6.01.01.02	Depreciação e amortização	341	309	319
6.01.01.04	Créditos fiscais - prejuízos fiscais	0	0	601
6.01.01.05	Baixa extrato refs	0	0	-30
6.01.01.06	Resultado de equivalência patrimonial	33.294	-1.329	-2.664
6.01.01.07	Provisão para contingência	0	-1.000	0
6.01.01.08	Juros a pagar a longo prazo - parcelamento	1.508	1.293	1.066
6.01.01.09	Diferimento de impostos	-347	17	-46
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	17.878	283	-5.489
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-9.706	-3.904	-598
6.02.01	Aquisições de ativos imobilizado e investimentos	-9.706	-4.373	-628
6.02.02	Juros sobre capital próprio recebidos	0	469	30
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.601	15	-1.356
6.03.01	Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	-1.601	-985	-1.356
6.03.02	Empréstimos e financiamentos	0	1.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.232	-2.775	-1.122
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.241	4.016	5.138
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9	1.241	4.016

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	28.047	10.369	6.707	0	0	45.123
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	10.369	6.707	0	0	45.123
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-39.763	0	-39.763
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-984	-6.707	8.198	0	507
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-6.707	6.707	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-1.491	0	1.491	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	507	0	0	0	507
5.07	Saldos Finais	28.047	9.385	0	-31.565	0	5.867

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	28.047	11.895	5.229	0	0	45.171
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	11.895	5.229	0	0	45.171
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-2.079	0	-2.079
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.079	0	-2.079
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.245	0	1.245
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.245	0	1.245
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.526	1.478	834	0	786
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.416	-1.416	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-2.312	0	2.312	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	786	0	0	0	786
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	62	-62	0	0
5.07	Saldos Finais	28.047	10.369	6.707	0	0	45.123

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	53.896	11.934	0	-25.849	0	39.981
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	53.896	11.934	0	-25.849	0	39.981
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-25.849	0	0	23.944	0	-1.905
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-503	0	-503
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.402	0	-1.402
5.04.08	Redução do Capital Social	-25.849	0	0	25.849	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.075	0	7.075
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.075	0	7.075
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-39	5.229	-5.170	0	20
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	4.875	-4.875	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-59	0	59	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	20	0	0	0	20
5.06.04	Constituição da Reserva Legal	0	0	354	-354	0	0
5.07	Saldos Finais	28.047	11.895	5.229	0	0	45.171

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
7.01	Receitas	11.885	29.298	61.652
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.541	29.298	61.652
7.01.02	Outras Receitas	7.344	0	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.135	-9.727	-35.618
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-8.224	-9.693	-33.478
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-911	-34	-2.140
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.750	19.571	26.034
7.04	Retenções	-341	-309	-319
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-341	-309	-319
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.409	19.262	25.715
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-33.289	1.462	5.483
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-33.294	1.329	2.664
7.06.02	Receitas Financeiras	5	133	496
7.06.03	Outros	0	0	2.323
7.06.03.01	Juros Sobre o Capital Próprios Recebidos	0	0	2.323
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-30.880	20.724	31.198
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-30.880	20.724	31.198
7.08.01	Pessoal	8.770	14.932	15.080
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.953	13.789	13.983
7.08.01.03	F.G.T.S.	817	1.143	1.097
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-1.934	3.179	7.880
7.08.02.01	Federais	-1.938	2.901	6.510
7.08.02.03	Municipais	4	278	1.370
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.047	1.368	1.163
7.08.03.03	Outras	2.047	1.368	1.163
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-39.763	1.245	7.075
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	1.402
7.08.04.02	Dividendos	0	0	503
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-39.763	1.245	5.170

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2014</b>
1	Ativo Total	159.365	166.971	156.298
1.01	Ativo Circulante	91.718	112.022	99.298
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.187	9.853	23.412
1.01.01.01	Caixa e Bancos	157	567	479
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	3.030	9.286	22.933
1.01.03	Contas a Receber	51.319	92.248	64.417
1.01.03.01	Clientes	37.830	79.251	49.746
1.01.03.01.01	Duplicatas a Receber	10.405	14.652	6.911
1.01.03.01.02	Serviços Executados a Faturar	27.425	64.599	42.835
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	13.489	12.997	14.671
1.01.03.02.01	Devedores Venda de Imóveis e Outros Créditos	8.149	7.591	9.024
1.01.03.02.02	Adiantamento a Fornecedores	5.340	5.406	5.647
1.01.04	Estoques	17.158	8.927	10.212
1.01.04.01	Material de Construção Revenda	3.847	4.776	4.240
1.01.04.02	Material de Revenda	0	0	4.678
1.01.04.03	Estoque de Imóveis	13.311	4.151	1.294
1.01.07	Despesas Antecipadas	16.187	994	1.257
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.867	0	0
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	3.867	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	67.647	54.949	57.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	40.036	20.325	22.713
1.02.01.03	Contas a Receber	1.380	1.380	1.380
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.380	1.380	1.380
1.02.01.04	Estoques	8.065	9.561	11.786
1.02.01.04.01	Estoque de Imóveis	8.065	9.561	11.786
1.02.01.06	Tributos Diferidos	30.591	9.384	9.547
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.770	1.682	1.845
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais - Prejuízo Fiscal	27.821	7.702	7.702
1.02.02	Investimentos	12	12	12

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2014</b>
1.02.02.01	Participações Societárias	12	12	12
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	10	10	10
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2	2	2
1.02.03	Imobilizado	26.804	33.617	33.271
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	26.804	33.617	33.271
1.02.04	Intangível	795	995	1.004

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2014</b>
2	Passivo Total	159.365	166.971	156.298
2.01	Passivo Circulante	83.192	58.945	53.675
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.595	3.157	2.476
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.595	3.157	2.476
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	6.595	3.157	2.476
2.01.02	Fornecedores	17.679	17.549	14.568
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	17.679	17.549	14.568
2.01.03	Obrigações Fiscais	22.132	10.195	8.388
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	22.132	10.195	8.388
2.01.03.01.02	Refis Lei 9964/2000	1.579	1.305	1.268
2.01.03.01.04	Parcelamento (pis-cofins-inss desoneração)	2.764	2.062	0
2.01.03.01.05	Outros	17.789	6.828	7.120
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	20.758	11.585	14.616
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	20.758	11.585	14.616
2.01.05	Outras Obrigações	8.412	7.371	5.727
2.01.05.02	Outros	8.412	7.371	5.727
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	36	1.637	46
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	6	6	503
2.01.05.02.04	Salários	7.598	4.959	4.069
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	772	769	1.109
2.01.06	Provisões	7.616	9.088	7.900
2.01.06.02	Outras Provisões	7.616	9.088	7.900
2.01.06.02.04	Provisões para Férias e Encargos	7.616	9.088	7.900
2.02	Passivo Não Circulante	70.293	62.874	57.423
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	11.954	3.785	3.373
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	11.954	3.785	3.373
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	11.954	3.785	3.373
2.02.02	Outras Obrigações	53.939	55.489	49.450
2.02.02.02	Outros	53.939	55.489	49.450



**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2014</b>
2.02.02.02.03	Obrig Tributatória Refis - Lei 9964/2000	43.411	43.290	43.322
2.02.02.02.04	Obrig Tributária - Outros	5.693	6.857	0
2.02.02.02.05	Obrig Tributária - Reavaliação	4.835	5.342	6.128
2.02.04	Provisões	4.400	3.600	4.600
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.880	45.152	45.200
2.03.01	Capital Social Realizado	28.047	28.047	28.047
2.03.03	Reservas de Reavaliação	9.385	10.369	11.895
2.03.03.01	Ativos Próprios	9.385	10.369	11.895
2.03.04	Reservas de Lucros	0	6.707	5.229
2.03.04.01	Reserva Legal	0	416	354
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	6.291	4.875
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-31.565	0	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	13	29	29

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	122.302	288.380	332.742
3.01.01	Receita Bruta de Venda de Bens e/ou Serviços	139.362	321.291	369.198
3.01.02	Deduções	-17.060	-32.911	-36.456
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-159.326	-259.047	-295.840
3.03	Resultado Bruto	-37.024	29.333	36.902
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.011	-19.589	-21.592
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.050	-19.506	-17.868
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	6.039	-83	-3.724
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-47.035	9.744	15.310
3.06	Resultado Financeiro	-13.783	-7.389	-4.830
3.06.01	Receitas Financeiras	1.028	1.262	1.400
3.06.02	Despesas Financeiras	-14.811	-8.651	-6.230
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-60.818	2.355	10.480
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	21.039	-1.110	-3.404
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-39.779	1.245	7.076
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-39.779	1.245	7.076
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-39.763	1.245	7.075
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-16	0	1
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-39.763	1.245	7.076
4.02	Outros Resultados Abrangentes	984	1.526	39
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-38.779	2.771	7.115
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-38.779	2.771	7.114
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	0	1

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-20.674	-4.622	15.197
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-54.290	6.279	16.088
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	-60.818	1.245	7.075
6.01.01.02	Depreciação e amortização	4.403	4.436	4.459
6.01.01.03	Efeito líquido baixa imobilizado	476	560	1.254
6.01.01.04	Crédito fiscais - prejuízos fiscais	-168	0	601
6.01.01.05	Baixa extrato refis	0	0	-30
6.01.01.08	Juros a pagar a longo prazo - parcelamento	2.364	1.599	1.233
6.01.01.09	Provisão para contingência	800	-1.000	600
6.01.01.10	Diferimento de impostos	-1.347	-561	895
6.01.01.12	Participação minoritários no resultado	0	0	1
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	33.616	-10.901	-891
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.733	-5.333	-5.174
6.02.01	Aquisições de ativos imobilizado e intangível	-1.733	-5.333	-5.174
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	15.741	-3.604	2.426
6.03.01	Juros sobre o capital próprio pagos e Dividendos pagos	-1.601	-985	-1.358
6.03.02	Empréstimos e financiamentos	17.342	-2.619	3.784
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.666	-13.559	12.449
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9.853	23.412	10.963
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.187	9.853	23.412

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	28.047	10.369	6.707	0	0	45.123	29	45.152
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	10.369	6.707	0	0	45.123	29	45.152
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-39.763	0	-39.763	-16	-39.779
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-39.763	0	-39.763	-16	-39.779
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-984	-6.707	8.198	0	507	0	507
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-6.707	6.707	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-1.491	0	1.491	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	507	0	0	0	507	0	507
5.07	Saldos Finais	28.047	9.385	0	-31.565	0	5.867	13	5.880

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	28.047	11.895	5.229	0	0	45.171	29	45.200
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	11.895	5.229	0	0	45.171	29	45.200
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-2.079	0	-2.079	0	-2.079
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.079	0	-2.079	0	-2.079
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.245	0	1.245	0	1.245
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.245	0	1.245	0	1.245
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.526	1.478	834	0	786	0	786
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.416	-1.416	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-2.312	0	2.312	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	786	0	0	0	786	0	786
5.06.04	Constituição da Reserva Legal	0	0	62	-62	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	28.047	10.369	6.707	0	0	45.123	29	45.152

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	53.896	11.934	0	-25.849	0	39.981	28	40.009
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	53.896	11.934	0	-25.849	0	39.981	28	40.009
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-25.849	0	0	23.944	0	-1.905	0	-1.905
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-503	0	-503	0	-503
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.402	0	-1.402	0	-1.402
5.04.08	Redução do Capital Social	-25.849	0	0	25.849	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.075	0	7.075	1	7.076
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.075	0	7.075	1	7.076
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-39	5.229	-5.170	0	20	0	20
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	4.875	-4.875	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-59	0	59	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	20	0	0	0	20	0	20
5.06.04	Constituição da Reserva Legal	0	0	354	-354	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	28.047	11.895	5.229	0	0	45.171	29	45.200

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
7.01	Receitas	146.706	321.291	369.198
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	139.362	321.291	369.198
7.01.02	Outras Receitas	7.344	0	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-89.618	-177.988	-195.715
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-85.970	-172.682	-186.709
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.648	-5.306	-9.006
7.03	Valor Adicionado Bruto	57.088	143.303	173.483
7.04	Retenções	-4.403	-4.436	-4.459
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.403	-4.436	-4.459
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	52.685	138.867	169.024
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.028	1.262	1.400
7.06.02	Receitas Financeiras	1.028	1.262	1.400
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	53.713	140.129	170.424
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	53.713	140.129	170.424
7.08.01	Pessoal	77.255	90.176	109.503
7.08.01.01	Remuneração Direta	69.677	82.398	100.045
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.578	7.778	9.458
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.426	40.057	47.614
7.08.02.01	Federais	-5.334	26.503	32.915
7.08.02.02	Estaduais	2	2.494	195
7.08.02.03	Municipais	6.758	11.060	14.504
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	14.811	8.651	6.230
7.08.03.03	Outras	14.811	0	6.230
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-39.779	1.245	7.076
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	1.402
7.08.04.02	Dividendos	0	0	503
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-39.763	1.245	5.170
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-16	0	1
7.08.05	Outros	0	0	1



## Relatório da Administração

### AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo disposições legais e estatutárias, a Administração submete aos Acionistas as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016, assim como o Relatório dos Auditores Independentes.

#### **1. Atividades da Companhia**

A Companhia Azevedo & Travassos S.A. (ATSA), a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) e suas subsidiárias, na formatação de Sociedades de Propósito Específico, centralizam as suas atuações nas seguintes Áreas de Negócios:

- Construção Pesada e Civil
- Montagem Eletromecânica
- Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração/Completação de Poços
- Desenvolvimento Imobiliário.

Estas áreas, devido ao atual cenário de início da retomada de crescimento da economia do País, tendem a demandar serviços em maior escala que necessitarão de empresas com a expertise e a credibilidade do grupo Azevedo & Travassos, uma vez que diversas empresas concorrentes reduziram suas participações no mercado por questões de *Compliance*. Portanto, em linhas gerais, acredita-se que as atividades da Companhia e da sua controlada ATE possuem amplas condições de crescimento, ocupando o espaço aberto neste novo mercado.

#### **2. Retrospectiva do ano de 2016**

A perspectiva, no início de 2016, era que a ATSA e a ATE desenvolveriam suas atividades pouco afetadas pela queda da economia brasileira. Esta posição estava sustentada na série de grandes concorrências que seriam realizadas pela PETROBRAS, previstas para acontecer ao longo do primeiro semestre/16, e por outros Clientes, principalmente Concessionárias de Rodovias.

De fato, as licitações da PETROBRAS ocorreram com a participação de poucos concorrentes. A ATE participou de três licitações de grande porte, sendo que, em uma delas, ocorrida em 30/03/16, apresentou a melhor proposta, no valor da ordem de R\$ 450 milhões. Infelizmente, esta concorrência, bem como as outras duas, nas quais a ATE havia apresentado a segunda melhor proposta, foram canceladas. Estas concorrências estão voltando no mercado para apresentação de propostas no segundo trimestre de 2017.

Também em agosto/16, outra concorrência da PETROBRAS, no valor de R\$ 129 milhões, foi vencida pela ATE, porém, o processo licitatório somente será concluído no segundo trimestre de 2017.

É importante destacar que a ATE teve mais de R\$ 1 bilhão em propostas apresentadas para Concessionárias de Rodovias, as quais foram canceladas, devido à indefinição dos aditamentos de prazo nos contratos de concessão.

Com a frustração das expectativas admitidas no início do ano, a ATE e ATSA passaram a sentir o impacto da crise econômica, com substancial redução das suas receitas e com reflexos nos resultados dos Balancetes de 30/06/16 e de 30/09/16 e no Balanço de 31/12/16, crise esta que afetou a grande maioria das empresas.

Conseqüentemente, a ATSA e a sua controlada ATE estão, desde o segundo trimestre/16, atravessando uma fase temporária caracterizada pela diminuição da sua Carteira de Obras, uma vez que as obras contratadas estão se encerrando e a reposição normal da Carteira não está acontecendo na velocidade que caracteriza a dinâmica do segmento de construção pesada, na qual atuam.

## Relatório da Administração

Em paralelo a estes acontecimentos, saliente-se que vêm sendo adotadas diversas medidas de contenção de custos, sem, contudo, se distanciar da necessidade de manutenção de uma estrutura compatível com as obrigações de uma Sociedade Anônima de Capital Aberto e capaz de atender os padrões de exigências de seus Clientes, viabilizando, assim, contratações de novas obras e também manter a sua expertise.

### 3. Principais obras contratadas

A ATE e ATSA assinaram contratos descritos abaixo, que servem como sinalizadores de um início de retomada da normalidade das suas atividades:

- Em maio/16, contrato com a LOGUM Logística S.A., para a construção e montagem de etanolduto Guararema - São Caetano do Sul, no valor de R\$ 251,5 milhões e prazo de 18 meses. Os procedimentos operacionais e projetos preliminares de licenciamento já foram elaborados pela ATE e com expectativa de que as obras sejam iniciadas no final de 2017 / começo de 2018. E
- Em julho/16, contrato com a PETROBRAS TRANSPORTE S.A. – TRANSPETRO, para manutenção de tanques no Terminal Madre de Deus, Bahia, no valor de R\$ 60,8 milhões e prazo de 30 meses, com obras já iniciadas e com possibilidade de antecipação de prazo. E
- Em dezembro/16, foi contratada com o METRÔ – SP a realização de serviços de urbanização, iluminação e ciclovias entre as estações de Oratório e de São Mateus, no valor de R\$ 46 milhões e prazo de 17 meses, a ser realizado pela ATSA. E
- No quarto trimestre/16, foram contratadas obras no valor de R\$ 14,5 milhões com a COMGÁS. N
- Em fevereiro/17, foi contratada com METRÔ – SP, a execução de obras civis complementares de acabamento, instalações hidráulicas, comunicação visual, paisagismo e reurbanização em estações de passageiros da Linha 15 – Prata, no valor de R\$ 48,6 milhões e prazo contratual de 17 meses.

O Departamento Comercial está trabalhando intensivamente na busca de novos contratos e na elaboração de propostas, visando atender várias licitações já programadas pelos Clientes.

Tem-se para os anos de 2017 e 2018 um montante acima de R\$ 500 milhões de obras já contratadas e em estágio final de negociação.

### 4. Perspectivas para 2017

A perspectiva para o ano de 2017 para cada área de negócios está resumida nos itens que se seguem.

#### 4.1. Azevedo & Travassos S.A. - Construção Pesada

A Companhia continua a participar, de forma muito seletiva, em licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura no âmbito dos governos federal, estaduais e municipais. A expectativa é que os investimentos deverão se comportar, nos próximos anos, em níveis mais moderados, tendo em vista a queda do crescimento do Brasil e conseqüente diminuição de arrecadação de receitas em todas as esferas governamentais. A perspectiva é de uma recuperação já a partir de 2017.

Segundo o estudo “Infraestrutura Rodoviária no Brasil” elaborado pela Bain & Company, o mínimo necessário para que a malha rodoviária do País alcance um patamar adequado é uma extensão que aumente a densidade para 4,2 km por cada 1 mil km<sup>2</sup> de território. Hoje, esse valor é de 1,7 km por cada 1 mil km<sup>2</sup>. Para que essa meta seja alcançada, é necessário um investimento de US\$ 300 bilhões por um

## Relatório da Administração

período de 12 a 15 anos, para viabilizar um projeto que conectaria 22 capitais e cinco fronteiras comerciais, com a construção de 20 mil quilômetros de rodovias (dados divulgados pela CCR/ AUTOBN em nov/16). Este estudo mostra o enorme potencial de obras no segmento de infraestrutura, ramo no qual atua a Azevedo & Travassos S.A.

### 4.2. Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE)

#### a) Construção Pesada e Construção Civil

As atividades das empresas concessionárias de rodovias tendem a demandar serviços para o segmento de Construção Pesada.

Também os novos leilões de aeroportos devem trazer boas oportunidades de negócios, com um valor expressivo de investimentos.

A ATE tem condições técnicas de participar ativamente deste mercado.

A empresa atua também no segmento de Construção Industrial que, apesar de estar em ritmo de crescimento inferior ao de anos anteriores, tem recebido, em alguns setores, investimentos privados destinados à ampliação de unidades de produção. Tendo em vista a melhora da expectativa do mercado quanto à recuperação da economia, espera-se a liberação de investimentos que estavam represados por estas empresas. A ATE está empenhada em conquistar novos Clientes e, assim, oferecer maior equilíbrio à sua Carteira de Obras.

#### b) Construção Pesada e Construção Civil

No segmento de dutos compreendendo gasodutos, oleodutos e minerodutos, dentre outros e no de montagem eletromecânica, onde se concentram as principais atividades da ATE, seus principais clientes são: Concessionárias de Gás, Indústrias Petroquímicas, Mineradoras e Produtoras e Transportadoras de Combustíveis.

Face à reestruturação do Plano de Investimentos da PETROBRAS, houve uma postergação nas contratações de obras e serviços, situação que, nota-se claramente, está sendo revertida. Para as áreas de atuação da ATE, deverão ocorrer licitações de projetos prioritários que poderão trazer boas oportunidades de negócio.

Quanto ao mercado de Concessionárias de Gás, a ATE pretende manter a sua atuação junto aos seus Clientes tradicionais, como: BAHIAGÁS, BR DISTRIBUIDORA (Espírito Santo), CEG / GÁS NATURAL (Rio de Janeiro), SCGÁS (Santa Catarina) e COMGÁS (São Paulo). A ATE mostra-se preparada e bem posicionada no mercado, tanto técnica como comercialmente, para assumir novos contratos importantes nesta área.

#### c) Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração / Completação de Poços

##### c.1. Perfuração Direcional Horizontal

A Divisão de Perfuração continua a executar serviços de perfuração direcional horizontal com sondas próprias e de terceiros, em ritmo menor em relação ao ano anterior, mas com boas expectativas de serviços em função das possibilidades de novas contratações. Esta Divisão, além de contribuir para o aumento de competitividade da ATE no segmento de dutos, está abrindo novas frentes e oportunidades de negócio, inclusive na área marítima ("off shore").

##### c.2. Perfuração / Completação de Poços

Os serviços de perfuração e completação de poços estão suspensos desde 2012.

## Relatório da Administração

A ATE poderá retornar a estas atividades, tão logo este segmento se mostre atrativo.

### d) Desenvolvimento Imobiliário

A ATSA possui cerca de 100 mil m<sup>2</sup> em terrenos (sem considerar o lote de 56 mil m<sup>2</sup>, onde está situada a sua sede), na área urbana da cidade de São Paulo, localizados no bairro de Pirituba. Faz parte da estratégia da Companhia o desenvolvimento de projetos imobiliários nessas áreas, realizados através de suas subsidiárias na formatação de SPE - Sociedade de Propósito Específico, visando atender a demanda futura de imóveis para a população de média e baixa renda. Com a melhora das expectativas para a economia, deverá haver uma movimentação positiva desse mercado, inclusive com a procura de interessados nas referidas áreas da Companhia

### 4.3. Encerramento da fase temporária

A fase temporária caracterizada pela diminuição da Carteira de Obras da ATSA e da ATE, iniciada no segundo trimestre/16 (ver item 1), está em vias de se encerrar no final do segundo trimestre/17.

Esta conclusão está baseada na previsão de receita bruta do Consolidado, tendo como referência as obras já contratadas, e em fase de homologação, para os anos 2017 e 2018, conforme quadro abaixo.

Previsão - Receita Bruta Consolidada - em R\$ 1.000

Area de Negócios	2017	2018
<b>1. Obras contratadas</b>		
- Construção Pesada/ Construção Civil	72.200	22.800
- Montagem Mecânica e Furo Direcional	64.900	288.650
<b>Subtotal (1)</b>	<b>137.100</b>	<b>311.450</b>
<b>2. Obras em fase de homologação</b>		
- Montagem Mecânica e Furo Direcional	48.850	80.700
<b>Subtotal (2)</b>	<b>48.850</b>	<b>80.700</b>
<b>Total (1) + (2)</b>	<b>185.950</b>	<b>392.150</b>

A análise deste quadro mostra que a:

- receita prevista para 2017, de R\$ 185.950 mil, supera em 33 % a do ano de 2016, com uma maior concentração ao longo dos meses do segundo semestre.

- receita estimada para 2018, de R\$ 392.150 mil, é superior a 130% do ano passado.

Estas estimativas refletem a situação em março/2017, sem incorporação de possíveis novos contratos.

Devem-se considerar, nesta análise, os benefícios que trarão:

- a progressiva redução das taxas de juros que estimulará a retomada do crescimento econômico.

- o Programa de Regularização Tributária previsto na Medida Provisória 766 de 04/01/17, que permite diversas formas de quitação de débitos tributários, inclusive com a utilização do Prejuízo Fiscal – IR e Base de Cálculo Negativa – CSLL.

Como informações complementares, tem-se que:

- com a finalização do julgamento do RE nº 574.706 referente a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e COFINS pelo Supremo Tribunal Federal, inclusive com efeito de repercussão geral, é provável que as ações ajuizadas pela Companhia e sua controlada que estão sobrestadas no Tribunal Regional Federal, após vitórias em 1ª e 2ª instâncias, retomem os seus andamentos. Com isto, estima-se um crédito para a ATSA de R\$ 150 mil e para a ATE de R\$ 4.833 mil passíveis de compensação com tributos vencidos e vincendos de qualquer natureza administrados pela Receita Federal. Ver item 21.g.1 da Nota Explicativa.

## Relatório da Administração

- além dos empréstimos bancários com prazos mais dilatados (36 e 28 meses) firmados em out/16 (ver item 5.3), a ATE contratou, em fev/17, com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL um empréstimo de R\$ 5 milhões, para um prazo de 24 meses.

Diante do exposto, apesar das dificuldades enfrentadas em 2016, já se verifica um horizonte promissor para o mercado de Infraestrutura no Brasil, mercado este onde estão inseridas a ATSA e a ATE.

### **5. Desempenho Econômico e Financeiro - 2016**

#### **5.1. Receita**

##### **a) Azevedo & Travassos S/A.**

O faturamento da ATSA refere-se a cobrança de serviços prestados para a ATE e aos serviços oriundos de obras públicas.

Em 2016, a Receita Bruta da empresa alcançou o valor de R\$ 4.541 mil (R\$ 29.298 mil em 2015) através da prestação de serviços para a ATE e para o DER-SP (etapa final da construção de viaduto). Este baixo resultado reflete a queda acentuada de faturamento em contratações de obras públicas. Para 2017 ela contará com a receita da obra já contratada com o METRÔ – SP, no valor de R\$ 46 milhões e prazo contratual de 17 meses.

A Receita Financeira, até 31/12/ 16, foi de apenas R\$ 5 mil contra R\$ 133 mil em 2015.

No ano de 2016 não houve receita financeira de pagamentos, pela ATE, de Juros sobre Capital Próprio.

##### **b) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE)**

A Receita Bruta, em 2016, foi de R\$ 138.009 mil, contra R\$ 312.021 mil em 2015, registrando uma queda de 55,8 %, sendo que, no último trimestre, ela foi de apenas R\$ 10.970 mil, devido à consolidação da receita da maioria dos contratos em fase final de execução, como também ao atraso do início de obras contratadas.

É importante destacar que a Receita Bruta é lançada seguindo o cronograma projetado das obras e buscando acompanhar, de forma proporcional, os seus custos. Em termos de faturamento, para efeito de fluxo de caixa, o seu valor atingiu R\$ 190.310 mil em 2016, devido à defasagem entre Receita e Faturamento, que é uma característica do setor de construção, para equalizar os diversos critérios de medição de serviços e emissão das respectivas faturas.

Em 31/12/16, a ATE dispunha de R\$ 3.030 mil em aplicações financeiras (R\$ 7.722 mil em 31/12/15).

A Receita Financeira, no exercício de 2016, foi de R\$ 987 mil, contra R\$ 1.121 mil no mesmo período de 2015.

##### **c) Consolidado**

Em 2016, a Receita Bruta atingiu R\$ 139.362 mil, contra R\$ 321.291 mil, ocorrida no ano anterior.

#### **5.2. Resultados**

##### **a) Azevedo & Travassos S.A.**

O resultado, no período de janeiro a dezembro /16, correspondeu a um prejuízo de R\$ 39.763 mil, ante um lucro líquido de R\$ 1.245 mil em 2015. Este resultado desfavorável deve-se principalmente a:

- Equivalência Patrimonial

## Relatório da Administração

A expressiva Influência do valor negativo da Equivalência Patrimonial da controlada ATE de R\$ 33.294 mil, contra um valor positivo de R\$ 1.329 mil em 2015.

- Demanda de serviços

Pouca demanda por serviços contratados diretamente pela Companhia.

- Custo obra DER-SP

Custos operacionais incorridos, acima do previsto, para a conclusão da obra do viaduto para o DER – SP, em Cubatão, bem como diferenças de alíquotas do ISS e Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). As providências para ajuizar ação judicial contra o DER-SP, para ressarcimento desses valores pagos a maior, nestes dois casos, estão em andamento. Somente para o caso do ISS o valor envolvido é de R\$ 1.136 mil. ( Ver item 21.g.6 da Nota Explicativa).

- Despesas Financeiras

Despesas financeiras no período de R\$ 2.047 mil (R\$ 1.368 mil em 31/12/15).

b) **Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE)**

As principais rubricas da controlada ATE, ao final do exercício de 2016, estão assim demonstradas:

BALANÇO PATRIMONIAL - R\$ mil			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - R\$ mil		
	2016	2015		2016	2015
<u>Ativo</u>	<u>116.243</u>	<u>122.563</u>	<u>Receita Bruta</u>	<u>138.009</u>	<u>312.021</u>
Circulante	81.685	99.025	Receita Líquida Serviços	121.354	281.105
Realizável L. Prazo	19.550	1.179	Lucro Bruto/ Prejuízo Bruto	(29.237)	28.708
Permanente	15.008	22.359	Lucro /Prejuízo Antes IR e CSLL	(51.523)	2.140
<u>Passivo</u>	<u>116.243</u>	<u>122.563</u>			
Circulante	75.477	56.291			
Exigível a L. Prazo	21.047	13.242			
Patrimônio Líquido	19.719	53.030	Lucro / Prejuízo Líquido do Exercício	(33.311)	1.329

O resultado líquido de 2016 apurou um prejuízo de R\$ 33.311 mil, contra um lucro líquido de R\$ 1.329 mil no exercício anterior. Este resultado, que reflete a forte retração da demanda de serviços de construção, provocando expressiva queda da Receita Bruta da ATE, está também associado aos seguintes fatores desfavoráveis:

- Desmobilizações

Foi realizada uma adequação dos custos operacionais e administrativos nesta fase temporária de falta de contratos, sem a reposição normal da sua Carteira.

Em 31/12/16 havia na ATE 772 empregados ativos, contra 1.207 em 31/12/15.

- O término de obras sem a reposição concomitante de novos contratos, obrigando a empresa a suportar equipes técnicas e operacionais que compõem a sua capacitação técnica.

- Contribuição Previdenciária Sobre a Receita Bruta - CPRB

A CPRB, relacionada com a Desoneração da Folha, teve sua alíquota majorada de 2,0% para 4,5%, através da alteração promovida pela Lei nº 13.161 de 2015, com vigência a partir de 1º de dezembro de 2015, sem o correspondente repasse aos contratos antigos.

- Dissídio

A Convenção Coletiva de Trabalho, firmada entre os Sindicatos dos Empregados e Patronal, com vigência a partir de maio/16, estabeleceu o reajuste de 9,83%, para o período 2016/2017.

- Despesas Financeiras

## Relatório da Administração

A maior necessidade de capital de giro, devido à crise econômica, aliada ao aumento significativo das taxas de juros sobre as linhas de crédito disponíveis, elevaram as despesas financeiras da ATE, que foram de R\$12.759 mil em 31/12/16 contra R\$ 7.279 mil em 31/12/15.

- Contingências

Baseado no Relatório dos Advogados, A administração aumentou a provisão para contingências de R\$ 2.600 mil em 31/12/15 para R\$ 3.400 mil em 31/12/16.

c) **Consolidado**

O resultado líquido do Consolidado em 31/12/16 mostrou um prejuízo de R\$ 39.443 mil, sendo que no mesmo período do ano passado o valor do lucro líquido alcançou R\$ 1.245 mil. As razões deste resultado já foram expostas nos itens a e b acima.

### 5.3. Endividamento

a) **Azevedo & Travassos S/A.**

Os débitos fiscais relativos ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS – I, no valor de R\$ 44.990 mil em 31/12/16 (R\$ 44.595 mil em 31/12/15), são os passivos mais relevantes da Companhia.

Das despesas financeiras registradas em 31/12/16, no valor de R\$ 2.047 mil (R\$1.368 mil em 31/12/15), R\$ 1.790 mil (R\$ 1.328.mil em 31/12/15), foram principalmente geradas pelo seu passivo fiscal, incluído no REFIS e continuam a impactar o resultado da Companhia sem, no entanto, afetar significativamente o seu fluxo de caixa.

Os restantes R\$ 257 mil foram gerados por despesas financeiras bancárias (R\$ 40 mil em 31/12/15).

Em 31/12/16, o endividamento bancário com linha de capital de giro ficou em R\$ 1.000 mil, contra o mesmo valor em 31/12/15.

b) **Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.**

O endividamento bancário, em 31/12/16, incluindo operações de capital de giro e de financiamentos de equipamentos (Leasing, CDC e FINAME), ficou em R\$ 31.712 mil (R\$ 14.370 mil em 31/12/15).

A obra mais significativa, em 2016, foi a realizada para a Concessionária VLT Carioca S.A., na qual a ATE cumpriu o desafio de concluir a linha principal, a tempo de permitir a sua inauguração em agosto/16, por ocasião da abertura dos Jogos Olímpicos - Rio 2016. Entretanto, a VLT ficou devendo à ATE a quantia de R\$ 14.000 mil, o que está impactando pesadamente o fluxo de caixa da empresa.

A ATE efetivou, em set/15, pedido de Parcelamento de Débitos perante à Receita Federal, em 60 parcelas mensais, corrigidas pela taxa SELIC, apresentando um saldo a pagar de R\$8.457 mil em 31/12/16. Ver nota Explicativa item 14.b.

Para dar suporte à ATE, nesta fase temporária de diminuição de obras, foram viabilizadas, em outubro/16, duas linhas de financiamento para capital de giro com prazos mais dilatados e nas seguintes condições básicas:

- valor de R\$ 7,8 milhões, prazo de 36 meses, com pagamentos em parcelas mensais e consecutivas e com garantia de imóvel com China Construction Bank.
- valor de R\$ 14,0 milhões, prazo de 28 meses, com pagamentos em parcelas mensais e consecutivas, com garantia de imóveis e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios com o Banco do Brasil.

## Relatório da Administração

### 5.4. Patrimônio Líquido

#### a) Azevedo & Travassos S/A.

O patrimônio líquido da ATSA, em 31/12/16, passou para R\$ 5.867 mil, enquanto que, no exercício anterior, estava em R\$ 45.123 mil. Esta queda foi motivada pelo prejuízo registrado em 2016 no valor de R\$ 39.763 mil.

É importante frisar que a Companhia é proprietária de imóveis, contabilizados por R\$ 20.433 mil, cujo valor venal de referência usado para cálculo de ITBI é de R\$ 47.196 mil. Esta diferença, de R\$ 26.763 mil, poderia ser incorporada ao patrimônio se os mesmos fossem registrados pelo valor justo. Tem-se, adicionalmente, uma diferença de R\$ 7.202 mil, referente ao terreno (lote-09), que foi capitalizado na Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto III SPE Ltda. pelo valor de R\$ 3.577 mil e que tem Laudo de Avaliação elaborado por perito, por ocasião do requerimento do seu *desarrolamento* no REFIS, no valor de R\$ 10.779 mil, valor este averbado na sua matrícula. Essas diferenças totalizam 33.965 mil. Estes terrenos localizados na cidade de São Paulo, somam uma área total de 156 mil m<sup>2</sup>.

#### b) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

Em 31/12/16, o patrimônio líquido foi reduzido para o valor de R\$ 19.719 mil, sendo que, no mesmo período do exercício anterior, atingiu R\$ 53.030 mil. Esta diminuição foi provocada pelo prejuízo de R\$ 33.311 mil, registrado em 2016.

### 5.5. LAJIDA

O quadro a seguir mostra a LAJIDA do Consolidado da ATSA e da controlada ATE nos anos de 2016 e 2015.

	CONSOLIDADO – R\$ mil		ATE – R\$ mil	
	2016	2015	2016	2015
Lucro / Prejuízo ( antes do IR e CSLL)	(60.818)	2.355	(51.523)	2.140
Despesas Financeiras	14.811	8.651	12.759	7.279
Receitas Financeiras	(1.028)	(1.262)	(987)	(1.121)
Depreciação e Amortização	4.403	4.436	4.062	4.127
<b>LAJIDA</b>	<b>(42.632)</b>	<b>14.180</b>	<b>(35.689)</b>	<b>12.425</b>

Os dados desfavoráveis da LAJIDA revelam a situação de dificuldades, atravessada pela ATSA e ATE, na fase temporária vivida em 2016 e já relatada em detalhes nos itens anteriores.

Uma importante questão que deve ser considerada é que, por característica do setor de construção, há uma defasagem entre os dados apurados para definição da receita e o faturamento de serviços prestados, conforme citado no item 5.1.b. Exemplificando, tem-se para a ATE, em 2016, uma Receita Bruta de R\$ 138.009 mil versus um faturamento de R\$ 190.310 mil, valor este que dá uma visão mais positiva quanto ao comportamento do fluxo de caixa da empresa.

### 6. Empresas Subsidiárias

As empresas subsidiárias, com a formatação de SPE - Sociedade de Propósito Específico, apresentam a seguinte situação em 30/09/16:

- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto I Ltda. (ATDI-I): encontra-se em fase de encerramento.
- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto II Ltda. (ATDI-II): está ainda sem atividades, no aguardo de definição de projeto.
- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto III SPE Ltda. (ATDI-III):



## Relatório da Administração

está em fase de estudos preliminares de projeto imobiliário.

- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto IV Ltda. (ATDI-IV): está em fase de estudos preliminares de projeto imobiliário.

O quadro adiante mostra a composição do Capital Social destas subsidiárias, em percentagem.

SPE	ATE	ATSA	HELBER (*)
ATDI-I	99,95	-	0,05
ATDI-II	99,95	-	0,05
ATDI-III	0,05	99,95	-
ATDI-IV	0,05	99,95	-

(\*) HELBER S.A. Participações e Administração

### 7. Juros sobre Capital Próprio - JSCP

Em virtude dos resultados negativos registrados no exercício de 2016, não haverá pagamento de JSCP aos acionistas da Companhia.

### 8. Investimentos

Até 31/12/16, foi investido na controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. o valor de R\$ 1.095 mil (R\$ 3.798 mil em 2015). Esses baixos valores investidos deve-se à deliberação da Administração da Companhia em restringir a realização de novos investimentos, até que se tenha um melhor cenário das atividades da empresa diante da situação econômica do País. Em 31/12/16, o total de endividamento, referente a Leasing, CDC e FINAME, passou para R\$ 1.606 mil, contra R\$ 3.287 mil no ano de 2015.

### 9. Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde e Responsabilidade Social

O Sistema de Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde - QSMS é aplicado nas obras, acompanhando rigorosas exigências do mercado e normas nacionais e internacionais de referência. A preocupação com a qualidade é pautada na satisfação do Cliente, na conformidade e na evolução de desempenho da empresa. A questão ambiental é voltada para a prevenção da poluição e de danos à natureza e ao uso racional de recursos naturais. Aos seus profissionais são proporcionados procedimentos e condições para segurança do trabalho, bem como orientações para aperfeiçoamento profissional. A empresa também tem por princípio atuar de modo socialmente responsável, tomando por referência os indicadores de sustentabilidade recomendados pelo *GRI – Global Reporting Initiative*, Instituto ETHOS, dentre outros.

### 10. Código de Ética e Conduta

O Conselho de Administração aprovou, em julho/15, o Código de Ética e Conduta da Azevedo & Travassos, com divulgação para os profissionais da ATSA e da ATE. Este Código está disponibilizado na INTRANET e nos sites da Companhia e da BM&FBOVESPA. O Código de Ética tem por escopo uma maior transparência com os acionistas, mercado, clientes, fornecedores e órgãos governamentais, amplificando-se, portanto, a Governança e *Compliance* da Companhia.

### 11. Instrução CVM 381/03

Conforme a Instrução CVM 381/03, a Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes não efetuou outros serviços para a Companhia, além do exame das demonstrações contábeis.

## **Relatório da Administração**

### **12. Declaração da Diretoria**

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2016.

A Administração agradece aos que colaboraram durante o exercício findo e conta com o empenho e determinação de sua equipe para superar os desafios do ano de 2017.

São Paulo, 31 de março de 2017.

**Renato de Almeida Pimentel Mendes**  
Diretor

**Aluizio Guimarães Cupertino**  
Diretor

**Abelardo Gomes Parente Junior**  
Diretor

## Notas Explicativas

### AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Em milhares de reais)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

##### 1.1 Atividades das empresas do grupo

A controladora, bem como a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) tem como atividades principais o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia civil, compra, venda e incorporação de imóveis, bem como participação em outras sociedades.

Desde 1998, todos os contratos de obras e serviços, com exceção de obras públicas, passaram a ser executados pela controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE).

A Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. em 10 de julho de 2008 adquiriu 99,95% do capital da Reserva de Incorporações Ltda., posteriormente alterada para Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto I Ltda., destinada a construção de apartamentos para comercialização. Em 2009 a empresa iniciou as suas atividades operacionais e atualmente encontra-se em fase de encerramento.

A empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto II Ltda. foi constituída em 03 de setembro de 2008, sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. de 99,95% do capital destinada a construções de apartamentos para comercialização. Em 2016 a empresa está ainda sem atividades e no aguardo de definição de projeto.

A empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto III SPE Ltda. foi constituída em 30 de dezembro de 2015, sendo a participação da Azevedo & Travassos S.A. de 99,95% e da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. de 0,05% do capital e destinada a construções de apartamentos para comercialização. Em 2016 a empresa não havia iniciado suas atividades operacionais, estando em fase de estudos preliminares de projeto imobiliário.

A empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto IV Ltda. foi constituída em 14 de março de 2016, sendo a participação da Azevedo & Travassos S.A. de 99,95% e da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. de 0,05% do capital e destinada a construções de apartamentos para comercialização. Em 2016 a empresa não havia iniciado suas atividades operacionais, estando em fase de estudos preliminares de projeto imobiliário.

##### 1.2 Estratégia operacional

A Companhia tem como estratégia operacional a retomada da sua lucratividade. As principais medidas são:

- a) Continuar racionalizando a estrutura organizacional da Companhia e durante a fase atual de descontinuidade temporária de contratos, reduzir ao máximo os custos administrativos e operacionais.

## Notas Explicativas

- b) A ATSA equacionou seus débitos fiscais e está participando de licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura, mercado este onde a empresa tem grande tradição e deverá buscar, de forma seletiva, a recomposição da sua Carteira de Obras com contratos compatíveis ao seu potencial de produção.
- c) A controlada ATE executar com resultado, a prestação de serviços não oriundos de órgãos públicos que para ela foram direcionados desde 1998. As Diretorias Comercial e de Novos Negócios deverão trabalhar intensivamente com objetivo obter novos contratos de modo a retomar sua Receita Bruta anual no patamar de pelo menos R\$ 300.000.
- d) Investir preferencialmente em treinamento de pessoal, buscando melhorar sua produtividade e rentabilidade.
- e) Permanecer no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS onde em 2014 foi feito acordo com a Receita Federal para pagamento até 28 de fevereiro de 2050 (vide nota 21a III).
- f) Viabilizar a incorporação de projetos imobiliários em terrenos disponíveis (aproximadamente 100 mil m<sup>2</sup>) de sua propriedade, na área urbana da cidade de São Paulo, os quais possuem valor de mercado muito superior ao contabilizado.
- g) A Companhia possui três precatórios junto ao Governo do Estado de São Paulo, no valor total de R\$ 1.380 e um precatório baixado do ativo em 2013 (vide nota explicativa 21b e 21g4). É intenção da empresa, aguardar pelo recebimento dos mesmos ou trocá-los por outros recebíveis para quitação de passivos fiscais, sem realizar perdas econômicas.
- h) Prosseguir com as ações de cobrança ajuizadas contra o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, objetivando êxito no recebimento de correção monetária e juros decorrentes de atrasos nos pagamentos de créditos da empresa e com a ação para recebimento do precatório nº 203/83 no valor de R\$ 3.848 baixado conforme item g acima.
- i) Cobrar dos Clientes a diferença de alíquota de 2,0% para 4,5% referente à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB a partir de dezembro/15.
- h) Entrar com ação judicial contra o DER- SP cobrando a alteração de alíquota do ISS de 3% para 5% relativa a obra do viaduto no Município de Cubatão.
- i) Medida Provisória 766/2017 – Com a instituição do Programa de Regularização Tributária (PRT) junto à Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional foi permitida a regularização de débitos de natureza tributária ou não tributária, vencidos até 30 de novembro de 2016. Dentre as opções de pagamento foi permitida a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido. Nessas condições, a Companhia estuda a possibilidade de quitação de eventual débito, sendo certo que, fará a cessão de parte de seu crédito de prejuízo fiscal (R\$ 7.700 mil) para sua controlada, que optará pelo Programa de Regularização Tributária.
- j) O Relatório da Administração complementa a esta nota explicativa sobre a estratégia operacional da empresa.

## Notas Explicativas

### 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem:

As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como **Consolidado**.

As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como **Controladora**.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com o IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, aprovando e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado.

## Notas Explicativas

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- **Caixa e equivalentes de caixa**

As disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem numerários em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos. As aplicações financeiras são registradas com base no valor da operação acrescida dos rendimentos auferidos, até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

- **Contas a Receber de Clientes**

As contas a receber são reconhecidas pelo seu valor nominal, que é o valor líquido de realização esperado, trata-se de operações de curto prazo não trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações financeiras, e incluem o valor das medições efetuadas no final do exercício assim como a evolução das obras, correspondentes aos serviços executados e não faturados até a data do balanço. E uma provisão para perdas na realização dessas contas a receber (provisão para créditos de liquidação duvidosa ou impairment) pode ser reconhecida quando existir uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das Contas a receber.

- **Estoques**

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

- **Estoque de Imóveis e Imóveis comercializados**

São avaliados ao custo de aquisição, ou valor de realização, dos dois o menor e os imóveis comercializados ao valor de negociação a receber.

- **Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo**

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável os rendimentos auferidos.

- **Investimentos**

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas foram registrados pelo seu valor de aquisição e atualizado pelo método de equivalência patrimonial.

## Notas Explicativas

- **Imobilizado**

Composto pelos bens tangíveis registrados ao custo de aquisição, líquidos da depreciação e/ou perdas para redução ao valor recuperável. Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representam melhoria, aumento da capacidade ou de vida útil, são capitalizados, enquanto que os demais gastos são registrados no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme divulgado na nota 11.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

- **Arrendamento Mercantil**

Os contratos de arrendamento mercantil são financeiros consequentemente transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo.

Nesses contratos os ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras como um ativo e passivo de igual valor, baseados no valor justo do ativo ou no valor presente dos pagamentos mínimos, determinados no início do arrendamento mercantil. Os custos iniciais diretamente atribuíveis ao arrendamento mercantil são adicionados ao montante reconhecido como um ativo.

- **Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos de terceiros, são mensurados pelo custo de aquisição, menos as despesas de amortização.

- **Avaliação do valor recuperável de ativos (Impairment).**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos (financeiros e não financeiros) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

- **Empréstimos e financiamentos**

Atualizados com base nas variações monetárias, acrescidos dos respectivos encargos incorridos, até a data de encerramento do exercício.

## Notas Explicativas

- **Imposto de renda e Contribuição social**

São computados em conformidade com as disposições da legislação tributária vigente. As alíquotas aplicáveis aos impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidas sobre diferenças temporárias na extensão em que a sua realização seja provável.

As alíquotas definidas atualmente para a determinação do imposto de renda e da contribuição social, correntes e diferidos, são de 25% e 9%, respectivamente

- **Provisões para contingências**

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas sempre que for avaliado como provável perda por seus assessores legais ou a melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes na data do balanço.

- **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo**

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

- **Receitas**

As receitas referentes aos contratos de construção em andamento são reconhecidas no resultado de acordo com as medições efetuadas mensalmente e conseqüentemente no exercício, e ou evolução das obras.

- **Destinação dos resultados e distribuição de lucros.**

A Companhia remunera seus acionistas através do dividendo mínimo estabelecido no Estatuto Social da Companhia, que poderá ser deduzido dos juros sobre o capital próprio líquido de imposto de renda. O dividendo mínimo, por se tratar de uma obrigação legal, prevista no estatuto social da Companhia, é lançada no passivo circulante, a parcela que exceder o dividendo mínimo é lançada no próprio patrimônio líquido. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio serão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

A sua controlada ATE destina seus resultados entre distribuição de lucros e reservas conforme previsto na legislação societária brasileira. Podendo com relação à remuneração aos acionistas, se utilizar da modalidade de juros sobre capital próprio respeitando os critérios e limites definidos pela legislação brasileira. O reflexo fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

- **Lucro por ação**



## Notas Explicativas

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações em circulação.

- **Demonstrações financeiras consolidadas**

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminados os saldos das contas patrimoniais em comum e os resultados intersociedades, realizados e não realizados até a data do balanço, após o efeito dos impostos.

As conciliações entre o lucro do exercício e o patrimônio líquido da controladora e do consolidado não apresentam diferenças.

- **Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”).**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte das suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista ou obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Instituição	Tipo de aplicação	Remuneração média mensal em 2016	Controladora		Consolidado	
			2016	2015	2016	2015
- Aplicações financeiras						
Banco do Brasil	CDB-DI	92,0% CDI	-	1.125	1.846	7.726
Banco Abc	CDB-AUTO	20% CDI	-	-	-	763
Outros			-	-	1.184	797
			-	1.125	3.030	9.286
- Caixas e bancos						
			9	116	157	567
			9	1.241	3.187	9.853

As aplicações estão atualizadas com base nos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas****5. CLIENTES**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contas a receber	378	9.585	10.405	14.652
Serviços executados e não faturados	958	4.884	27.425	64.599
	<u>1.336</u>	<u>14.469</u>	<u>37.830</u>	<u>79.251</u>

**6. ESTOQUES**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Estoques de material de construção e peças de manutenção	-	453	3.847	4.776
	<u>-</u>	<u>453</u>	<u>3.847</u>	<u>4.776</u>

**7. ESTOQUE DE IMÓVEIS**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Azevedo & Travassos S.A. (a)	8.065	9.561	8.065	9.561
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto II Ltda.	-	-	1.335	1.315
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto III SPE Ltda.	-	-	3.603	2.836
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto IV Ltda.	-	-	8.373	-
	<u>8.065</u>	<u>9.561</u>	<u>21.376</u>	<u>13.712</u>
Menos - parcela do circulante	-	-	13.311	4.151
Parcelas a longo prazo (b)	<u>8.065</u>	<u>9.561</u>	<u>8.065</u>	<u>9.561</u>

**Notas Explicativas**

		Controladora	
	<b>M2</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
LOTE Elísio	22.999	3.851	3.795
LOTE 3	5.465	-	752
LOTE 4	4.343	-	604
LOTE 5	1.348	-	159
LOTE 6	1.536	-	154
LOTE 7	18.144	2.203	2.150
LOTE 8	17.207	2.011	1.947
	<b>71.042</b>	<b>8.065</b>	<b>9.561</b>

Permanece no ativo imobilizado o lote 1 (55.568 m2) onde esta localizada a sede da companhia.

Em virtude de ainda não se ter uma previsão de concretização da venda dos lotes os valores estão contabilizados no Realizável a Longo Prazo.

Os lotes 3,4 e 5 foram integralizados em 31 de março de 2016 e o lote 6 em 30 de dezembro de 2016 como subscrição capital de Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto IV Ltda.

A empresa tem os imóveis sede da companhia e os lotes Elísio,7 e 8 contabilizados na conta estoque de imóveis R\$ 8.065 e no imobilizado lote 1 e construção (sede da empresa) no valor de R\$ 12.368 perfazendo um total de R\$ 20.433, e apresentam um valor venal de referência para o cálculo do ITBI de R\$ 47.196.

**8. IMPOSTOS A RECUPERAR, OUTROS CRÉDITOS**

	Controladora		Consolidado	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Impostos a recuperar (a)	-	-	238	773
Caução de aluguel	-	38	204	560
Caução de obras	-	-	1.292	1.014
Conta corrente Consórcio Constran	-	-	219	227
Conta corrente Consórcio Mendes	-	-	303	314
Depósito judicial bloqueado	34	-	150	194
Despesas/custos antecipados (b)	-	4	16.187	994
Outras contas a receber	82	22	798	32
	<b>116</b>	<b>64</b>	<b>19.391</b>	<b>4.108</b>

(a) Parte do valor em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 238 (R\$ 773 em 31 de dezembro de 2015) no consolidado trata-se de créditos de ICMS.

**Notas Explicativas**

- (b) O valor em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 16.187 (R\$ 994 em 31 de dezembro de 2015) no consolidado trata-se despesas de seguros a apropriar e custos a apropriar conforme determina o parágrafo 21 do CPC 17.

**9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADA****A COMPANHIA MANTÉM INVESTIMENTOS:**

	Participação no final do exercício %		No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Azevedo & Travassos Engenharia Ltda (a)	99,95	99,95	19.707	53.001	(33.294)	1.329
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda -ATDI-III (b)	99,95	99,95	3.577	2.836	-	-
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto IV Ltda -ATDI-IV (c)	99,95	99,95	8.326	-	-	-
Total			31.610	55.837	(33.294)	1.329

**a) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.**

O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., é composto em 31 de dezembro de 2016 de 16.410.500 cotas (16.410.500 cotas em 2015)..

O patrimônio líquido da controlada em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 19.719(R\$ 53.030 em 2015) e o seu prejuízo do exercício é de R\$ (33.311) (lucro líquido de R\$ 1.329 em 2015). A controladora em 16 de dezembro de 2014, aumentou o capital da controlada em R\$ 2.544.

**b) Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda. –ATDI-III**

A participação foi feita em 30 de dezembro de 2015 e 2016, através da integralização do lote 9 na subscrição capital no valor de R\$ 3.577, a empresa ainda não iniciou suas atividades.

**c) Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto IV Ltda. –ATDI-IV**

A participação foi feita em 14 de março de 2016 , através da integralização de R\$ 10 e em 31 de março de 2016 através da integralização do lote 3,4 e 5 na subscrição capital no valor de R\$ 7.009, e em 30 de dezembro de 2016 do lote 6 no valor de R\$ 1.307, a empresa ainda não iniciou suas atividades.

**Notas Explicativas****A CONTROLADA AZEVEDO & TRAVASSOS ENGENHARIA LTDA., MANTÉM INVESTIMENTOS:**

	Participação no final do exercício %		No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda (ATDI-I)	99,95	99,95	29	73	20	11
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda (ATDI-II)	99,95	99,95	10	10	-	-
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda (ATDI-III)	0,05	0,05	1	1	-	-
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto IV Ltda (ATDI-IV)	0,05	-	4	-	-	-
<b>Total</b>			<b>44</b>	<b>84</b>	<b>20</b>	<b>11</b>

EM 2016 a ATDI-II, ATDI-III E ATDI-IV ainda não haviam iniciado suas atividades e a ATDI-I esta em fase de encerramento.

**10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Operações:				
- Contrato de aluguel (a)	532	512	-	-
- Receita bruta de serviços (b)	2.656	19.558	-	-
- Transferência de terreno (c)	-	-	1.050	1.050
- Juros S/ Capital pago	-	-	-	469
- Lucros pago (d)	-	-	414	-
- Lucros a pagar (d)	-	-	-	350
- Outras partes relacionadas (e)	-	-	291	424
- Mútuo entre AT e ATE (f)	4.725	-	4.725	-
- Mútuo entre ATE e ATDI-I (f)	35	-	35	245
- Mútuo entre ATE e ATDI-II (f)	275	-	271	245
- Mútuo entre AT e ATDI-III (f)	26	-	20	-
- Mútuo entre AT e ATDI-IV (f)	56	-	42	-
- Integralização capital ATDI-III (g)	3.577	2.836	-	-
- Integralização capital ATDI-IV (h)	8.326	-	-	-

(a) Refere-se a aluguel pago pela ATE a controladora pelo uso imóvel / sede.

## Notas Explicativas

- (b) Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as operações entre a controladora Azevedo & Travassos S.A. e sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., foram, em sua maioria, repasses de despesas rateadas em função de prestação de serviços realizados em condições compatíveis com o mercado, em preços e prazos.
- (c) Em 02 de setembro de 2010 a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. transferiu para a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda., um lote de 3.922m<sup>2</sup>, por R\$ 1.050, através de instrumento particular de confissão de dívida com pagamento previsto para 31 de dezembro de 2016.
- (d) A Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda., realizou em 30 de setembro de 2015 a distribuição de lucros para controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) de R\$ 350 e de R\$ 64 em 30 de junho de 2016.
- (e) Trata-se de compra de materiais (mantas importadas da Raychen) da Intech Engenharia Ltda. e prestação de serviços (desenvolvimento imobiliário) da HMendes Arquitetura e Paisagismo Ltda.
- (f) Refere-se mútuo entre a empresa ATE e sua controlada ATDI II e ATDI I, e da AT com suas controladas ATE, ATDI III e ATDI IV.
- (g) Foi constituída em 30 de dezembro de 2015 a empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda., com participação de 99,95% da Azevedo & Travassos S.A. e 0,05% da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. . A Azevedo & Travassos S.A. integralizou sua participação com a cessão do Lote 9 Pirituba e retificação em 30 de dezembro de 2016.
- (h) Foi constituída em 14 de março de 2016 a empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto IV Ltda., com participação de 99,95% da Azevedo & Travassos S.A. e 0,05% da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. . A Azevedo & Travassos S.A. integralizou sua participação parte com R\$ 10 e com a cessão do Lote 3,4, e 5 Pirituba no valor de R\$ 7.009, e em 30 de dezembro de 2016 do lote 6 no valor de R\$ 1.307.
- Honorários dos administradores e benefícios.  
Em 31/12/2016, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, reconhecidas no resultado do período, totalizam R\$ 1.688 (R\$ 1.541 em 30 de setembro de 2015), conforme quadro abaixo:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Benefícios de Curto Prazo		
- Salário ou Pró-Labore (i)	2.266	2.085
- Benefícios (ii)	109	136
- Bônus	-	-
Total	<u>2.375</u>	<u>2.221</u>

(i) Inclui remuneração fixa (salários,, honorários e férias).

(ii) Benefícios: assistência médica, refeição e seguro de vida.

A Companhia não tem plano de remuneração variável nem plano de remuneração baseado em ações.

## Notas Explicativas

## 11. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação %	Controladora			
		2016		2015	
		Custo	Depreciação	Líquido	
Edifícios e benfeitorias	4	6.507	(1.855)	4.652	4.279
Máquinas e equipamentos	10	733	(660)	73	73
Outros	10	468	(274)	194	210
		7.708	(2.789)	4.919	4.562
Terrenos		522	-	522	522
Reavaliação de terrenos e edifícios		7.815	(621)	7.194	7.253
		16.045	(3.410)	12.635	12.337

	Taxa anual de depreciação %	Consolidado			
		2016		2015	
		Custo	Depreciação	Líquido	
Edifícios e benfeitorias	4	6.566	(1.901)	4.665	4.295
Máquinas e equipamentos	10	14.157	(10.179)	3.978	9.528
Veículos	10	15.613	(8.206)	7.407	8.529
Outros	10	8.276	(5.238)	3.038	3.490
		44.612	(25.524)	19.088	25.842
Terrenos		522	-	522	522
Reavaliação de terrenos e edifícios		7.815	(621)	7.194	7.253
		52.949	(26.145)	26.804	33.617

## A mutação do saldo do imobilizado:

	Controladora				
	2015	Adições	Baixas	Transferências	2016
Edifícios e benfeitorias	5.886	621	-	-	6.507
(-) Depreciação Acumulada	(1.607)	(249)	-	1	(1.855)
Máquinas e equipamentos	733	-	-	-	733
(-) Depreciação Acumulada	(660)	-	-	-	(660)
Outros	451	17	-	-	468
(-) Depreciação Acumulada	(241)	(33)	-	-	(274)
Terrenos	522	-	-	-	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	7.815	-	-	-	7.815
(-) Depreciação Acumulada	(562)	(59)	-	-	(621)
	12.337	297	-	1	12.635

## A mutação do saldo do imobilizado:

	Consolidado				
	2015	Adições	Baixas	Transferências	2016
Edifícios e benfeitorias	5.945	621	-	-	6.566
(-) Depreciação Acumulada	(1.650)	(251)	-	-	(1.901)
Máquinas e equipamentos	22.343	209	(588)	(7.807)	14.157
(-) Depreciação Acumulada	(12.815)	(1.614)	310	3.940	(10.179)
Veículos	15.545	489	(421)	-	15.613
(-) Depreciação Acumulada	(7.016)	(1.464)	274	-	(8.206)
Outros	8.243	230	(197)	-	8.276
(-) Depreciação Acumulada	(4.753)	(631)	146	-	(5.238)
Terrenos	522	-	-	-	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	7.815	-	-	-	7.815
(-) Depreciação Acumulada	(562)	(59)	-	-	(621)
	33.617	(2.470)	(476)	(3.867)	26.804

## Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2016 esta registrado no ativo circulante um saldo de R\$ 3.867, referente a ativo não circulante mantido para venda.

Tendo em vista, principalmente, a valorização recente de seus imóveis, a companhia entende que passa a ser provável que venha a usufruir dos benefícios econômicos associados a um ativo não depreciável (terrenos). Dessa forma, conservadoramente, reconheceu em 31 de dezembro de 2012, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação anteriormente constituída, conforme estabelece o item 39 da Resolução CFC 1263/09.

### **Custo Atribuído (deemed cost)**

A companhia não exerceu a opção de adoção do custo atribuído a seus ativos imobilizados, conforme definido na interpretação técnica ICPC 10.

## 12. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização %	2016			Consolidado
					2015
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Softwares	20	3.482	(2.687)	795	995
		<u>3.482</u>	<u>(2.687)</u>	<u>795</u>	<u>995</u>

### **A mutação do saldo do intangível:**

	2015				Consolidado
		Adições	Baixas	Transferências	2016
Softwares	3.306	184	(8)	-	3.482
(-) Amortização Acumulada	(2.311)	(384)	8	-	(2.687)
	<u>995</u>	<u>(200)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>795</u>



**Notas Explicativas****13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Moeda nacional	Encargos	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			2016	2015	2016	2015
. Capital de giro	cdi + 0,72 am	Janeiro de 2017 a Fevereiro de 2019	1.000	1.000	31.106	12.083
. Finame	9% a.a.	Janeiro de 2017 a Março de 2019	-	-	299	614
. Financiamento CDC	1,15% a.m.	Janeiro de 2017 a Abril de 2019	-	-	673	1.275
. Arrendamento mercantil	1,20% a.m.	Janeiro de 2017 a Agosto de 2018	-	-	634	1.398
			<u>1.000</u>	<u>1.000</u>	<u>32.712</u>	<u>15.370</u>
Menos - parcela do circulante			<u>1.000</u>	<u>1.000</u>	<u>20.758</u>	<u>11.585</u>
Parcela a longo prazo			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.954</u>	<u>3.785</u>

Os empréstimos estão garantidos por notas promissórias mais aval dos diretores, alienação fiduciária dos bens e imóveis correspondente ao lote 3,4 e 5 da ATDI IV e lote 9 da ATDI III .

**14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – OUTROS IMPOSTOS**

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Curto prazo				
Impostos a recolher (COFINS, PIS e outros) (a)	1.184	1.505	17.789	6.828
Parcelamentos (pis-cofins-inss desoneração) (b)	-	-	2.764	2.062
	<u>1.184</u>	<u>1.505</u>	<u>20.553</u>	<u>8.890</u>
Longo prazo				
Parcelamentos (pis-cofins-inss desoneração) (b)	-	-	5.693	6.857
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.693</u>	<u>6.857</u>

(a) Dentro do valor de impostos a recolher, parte é diferido para recolher, quando do recebimento da receita, que lhe deu origem.

**Notas Explicativas**

- (b) Em 04 de setembro de 2015, a controlada ATE, deu entrada pedido parcelamento de débitos do PIS, COFINS e INSS DESONERAÇÃO, período de apuração de fevereiro a julho de 2015, vencidos de março a agosto de 2015, tendo sido diferido e em fase de andamento pela Receita Federal. O prazo de vencimento é de 60 parcelas, o saldo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 8.216. Em novembro de 2016, a controlada ATE realizou parcelamento de INSS a ser pago em 60 parcelas, o saldo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 241.

<u>Composição do parcelamento</u>	<u>Ano</u>	<u>31/12/2016</u>
	2.016	388
	2.017	2.377
	2.018	2.236
	2.019	2.236
	2.020	1.179
	2.021	41
		<u>8.457</u>
Menos -parcela do curto prazo		<u>(2.764)</u>
Parcelas a longo prazo		<u>5.693</u>

**15. OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Seguros a pagar	-	-	270	508
Contas a Pagar - Ate	4.725	-	-	-
Outras	68	165	502	261
Parcela do circulante	4.793	165	772	769

**16. PATRIMONIO LIQUIDO****a) Capital social**

O capital social, subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 está composto por 9.000.000 ações ordinárias, 18.000.000 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 27.000.000 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm prioridade no recebimento de dividendos.

**b) Dividendos e juros sobre o capital próprio em 31 de Dezembro de 2015**

Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária.

**Notas Explicativas**

- l) O Conselho de administração em reunião realizada em 11 de dezembro de 2015, referendado pela Assembléia Geral Ordinária de 29 de Abril de 2016, deliberou creditar em 29 de dezembro de 2015 juros sobre capital próprio de R\$ 2.079, aplicado sobre posição acionária de 11 de dezembro de 2015, correspondente a R\$ 0,077028493 por ação e pagamento em 12 parcelas, iguais e sucessivas, a primeira em 30 de dezembro de 2015, que serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2015.

**17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(42.599)	1.541	(60.818)	2.355
ATDI I calculo pelo lucro presumido	-	-	-	-
Adições:				
- Provisão não dedutível	117	130	299	522
- Despesas indedutíveis	1.492	2.312	2.552	2.694
Exclusões:				
- Equivalência	33.294	(1.329)	-	-
- Juros sobre o capital próprio	-	(2.079)	-	(2.079)
- Outros	(477)	-	(738)	-
- Reversão de provisão não dedutível	-	(1.000)	-	(1.000)
- Prejuízo Fiscal	-	-	-	425
Base de cálculo	(8.173)	(425)	(58.705)	2.917
Alíquota (%)	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social líquido do adicional	2.780	144	19.960	(966)
Incentivo fiscal	-	-	-	19
Outros	56	(440)	1.088	(168)
Atdi-I	-	-	(9)	-
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	144	(164)	(947)
Imposto de renda e contribuição social - diferido (a)	2.836	(440)	21.203	(163)
	<u>2.836</u>	<u>(296)</u>	<u>21.039</u>	<u>(1.110)</u>

- (a) Foram registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

**18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme instrução CVM 235/95.

**Notas Explicativas****19. RECEITA LIQUÍDA DE VENDAS**

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita bruta de produtos e serviços	4.541	29.298	139.362	321.291
	<u>4.541</u>	<u>29.298</u>	<u>139.362</u>	<u>321.291</u>
Deduções de produtos e serviços				
Impostos sobre produtos e serviços	(405)	(1.993)	(17.060)	(32.911)
	<u>(405)</u>	<u>(1.993)</u>	<u>(17.060)</u>	<u>(32.911)</u>
Total	<u>4.136</u>	<u>27.305</u>	<u>122.302</u>	<u>288.380</u>

**20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS E CUSTOS**

## DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Salários e encargos	5.320	6.303	10.783	11.535
Serviços contratados de terceiros	226	113	2.501	3.198
Outros	603	782	500	2.688
	<u>6.149</u>	<u>7.198</u>	<u>13.784</u>	<u>17.421</u>

## CUSTOS

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Salários e encargos	1.681	7.435	69.611	82.592
Materias	2.980	2.888	30.949	38.553
Serviços/Locções contratados terceiros	3.460	4.989	47.018	92.418
Revenda	-	-	-	14.264
Outros	2.125	2.125	11.748	31.220
	<u>10.246</u>	<u>17.437</u>	<u>159.326</u>	<u>259.047</u>

**Notas Explicativas****21. OUTRAS INFORMAÇÕES****a) REFIS Federal**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Passivo Circulante	1.579	1.305	1.579	1.305
Passivo Não Circulante	43.411	43.290	43.411	43.290
<b>Total</b>	<b>44.990</b>	<b>44.595</b>	<b>44.990</b>	<b>44.595</b>

I) A Sociedade optou pela inclusão de seus débitos fiscais consolidados no Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 9.964/2000 que prevê a liquidação do débito parcelado à razão de 1,2% da receita bruta mensal apurada pelo contribuinte devedor.

II) Pelo artigo 14º da Lei nº 9964, de 10/04/2000, que instituiu o REFIS, as obrigações decorrentes dos débitos incluídos no REFIS não serão consideradas para fins de determinação de índices econômicos vinculados a licitações pela administração pública direta ou indireta e em operações de financiamentos realizadas por instituições financeiras oficiais federais.

III) A partir de junho/14, a Companhia, atendendo notificação da Receita Federal, adequou a parcela do REFIS, de tal modo que o prazo para quitação do débito não ultrapassasse 50 anos desde sua adesão ao programa. Deste modo, o prazo máximo ficou estabelecido para 28/02/2050. O valor da parcela esta sendo calculado, a partir de 30/06/14, dividindo-se o saldo do extrato do REFIS, incluindo a TJLP do mês, pelo número de parcelas faltantes para o prazo final. Na hipótese de 1,2% sobre a Receita Bruta da Companhia vier a ser maior do que o valor da parcela, calculado conforme descrito acima, este deverá ser o valor adotado, seguindo o critério original estabelecido no REFIS. O saldo do extrato em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 44.990 (R\$ 44.595 em 2015)

**b) Precatórios a receber**

Refere-se a precatórios oriundos de ações judiciais relativos a desapropriação de terreno promovido pela Fazenda Estadual e cobrança de juros e correção monetária sobre atrasos de pagamentos de contas a receber do DER/SP. Em 31 de dezembro de 2016 apresenta um saldo de R\$ 1.380(R\$ 1.380 em 2015). Vide nota 21 g.3

**c) Provisão para Contingências - Ações trabalhistas, fiscais e cíveis**

Em 31 de dezembro de 2016, está provisionado o montante de R\$ 1.000 (R\$ 1.000 em 2015),e no consolidado R\$ 3.400 (R\$ 3.600 em 2015) o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

## Notas Explicativas

## • Controladora

Probabilidade de Perda	Processos				2016
	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Provisão Contábil
Provável	240	-	-	240	240
Possível	1.243	40	180	1.463	731
Remota	914	24.040	29	24.983	29
<b>Total</b>	<b>2.397</b>	<b>24.080</b>	<b>209</b>	<b>26.686</b>	<b>1.000</b>

## • Consolidado

Probabilidade de Perda	Processos				2016
	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Provisão Contábil
Provável	1.372	33	413	1.818	1.818
Possível	4.010	126	1.105	5.241	2.553
Remota	11.261	24.653	3.716	39.630	29
<b>Total</b>	<b>16.643</b>	<b>24.812</b>	<b>5.234</b>	<b>46.689</b>	<b>4.400</b>

•

Probabilidade de Perda	Processos				2015
	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Provisão Contábil
Provável	256	23	-	279	279
Possível	775	-	350	1.125	721
Remota	29	8.249	10	8.288	-
<b>Total</b>	<b>1.060</b>	<b>8.272</b>	<b>360</b>	<b>9.692</b>	<b>1.000</b>

## • Consolidado

Probabilidade de Perda	Processos				2015
	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Provisão Contábil
Provável	879	31	413	1.323	1.323
Possível	1.692	-	2.460	4.152	2.277
Remota	11.549	9.276	1.933	22.758	-
<b>Total</b>	<b>14.120</b>	<b>9.307</b>	<b>4.806</b>	<b>28.233</b>	<b>3.600</b>

	Controladora			Consolidado		
	2015	Movimento no exercício	2016	2015	Movimento no exercício	2016
Trabalhista	752	138	890	1.807	1.532	3.339
Fiscal	23	(3)	20	31	65	96
Cível	225	(135)	90	1.762	(797)	965
<b>Total</b>	<b>1.000</b>	<b>-</b>	<b>1.000</b>	<b>3.600</b>	<b>800</b>	<b>4.400</b>

## Notas Explicativas

A Companhia e suas Controladas são parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera judicial, e processos tributários em andamento nas esferas judicial e administrativa. As provisões relativas a esses processos são classificadas quanto à probabilidade de perda provável e possível.

A Companhia e suas Controladas possuem ações de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificada pela Administração e seus advogados como remota. O valor considerado nessa classificação corresponde à somatória dos valores atribuídos às causas pelos demandantes.

Os riscos tributários classificados como remotos são compostos, na sua maioria, por autos de infração e pedidos de compensação ainda pendentes de discussão na esfera administrativa e processos judiciais cujos débitos foram quitados ou tiveram a incidência de prescrição reconhecida.

Os processos trabalhistas em que a Companhia e suas Controladas são partes são promovidos por ex-colaboradores e terceiros, cujos pedidos se constituem em pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas extras, indenizações, demais consectários trabalhistas e verbas decorrentes de responsabilidade subsidiária. A provisão destes leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas nos últimos exercícios.

A Companhia e suas Controladas possuem processos de natureza cível, que referem-se principalmente à questões indenizatórias, regressivas e discussões de cláusulas e cumprimento de contratos. A provisão desse risco leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas.

**Notas Explicativas****d) Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social****d.1) HISTÓRICO**

	<u>TOTAL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Prejuízos fiscais IRPJ períodos de 2000 a 2008		36.673	-
Base negativa de CSLL períodos de 2000 a 2008		-	36.676
<b>Total do prejuízo fiscal e base negativa</b>		<b><u>36.673</u></b>	<b><u>36.676</u></b>
<b>CRÉDITOS</b>			
<b>Créditos prejuízos fiscais IRPJ (36.673 x 25%)</b>	<b>9.168</b>	<b>9.168</b>	
<b>Créditos base negativa de CSLL (36.676 x 9%)</b>	<b>3.301</b>		<b>3.301</b>
<b>Total dos créditos (1)</b>	<b><u>12.469</u></b>	<b><u>9.168</u></b>	<b><u>3.301</u></b>
<b>UTILIZADO</b>			
<b>Para quitação débitos fiscais lei nº 11941/09</b>	<b>283</b>	<b>176</b>	<b>107</b>
<b>Cessão IRPJ e CSLL para ATE quitar parcelamento</b>	<b>2.544</b>	<b>1.870</b>	<b>674</b>
<b>DIPJ período 2009 a 2014 - IRPJ e CSLL</b>	<b>1.940</b>	<b>1.425</b>	<b>515</b>
<b>Total dos valores utilizados (2)</b>	<b><u>4.767</u></b>	<b><u>3.471</u></b>	<b><u>1.296</u></b>
<b>Saldo para ser utilizado em 31/12/2015(1- 2)</b>	<b><u>7.702</u></b>	<b><u>5.697</u></b>	<b><u>2.005</u></b>
<b>CRÉDITOS de 2016</b>			
<b>Créditos prejuízos fiscais IRPJ (7.751+425 x 25%)</b>	<b>2.045</b>	<b>2.045</b>	
<b>Créditos base negativa de CSLL (7.751+425 x 9%)</b>	<b>736</b>		<b>736</b>
<b>Total dos créditos em 2016</b>	<b><u>2.781</u></b>	<b><u>2.045</u></b>	<b><u>736</u></b>
<b>Saldo para ser utilizado em 31/12/2016</b>	<b><u>10.483</u></b>	<b><u>7.742</u></b>	<b><u>2.741</u></b>



**Notas Explicativas****d.2) DEMONSTRATIVO DOS VALORES RECONHECIDOS NO ATIVO CRÉDITOS FISCAIS EM 31/12/2016**

	<u>TOTAL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
<b>RECONHECIDO</b>			
a) Reconhecido em 2012 como Imposto Reserva de Reavaliação	1.889	1.389	500
sub-total (a)	<u>1.889</u>	<u>1.389</u>	<u>500</u>
b) Reconhecido como lucros tributários futuros até 31/12/2013	8.957	6.619	2.338
<b>REVERSÃO</b>			
DIPJ período 2014 - IRPJ e CSLL	(600)	(441)	(159)
Cessão em 2014 IRPJ e CSLL para ATE quitar parcelamento	(2.544)	(1.870)	(674)
sub-total (b)	<u>5.813</u>	<u>4.308</u>	<u>1.505</u>
c) Reconhecido como lucros tributários futuros em 2016	2.781	2.045	736
sub-total (c)	<u>2.781</u>	<u>2.045</u>	<u>736</u>
<b>Total reconhecido na conta ativo - Créditos Fiscais (a + b + c)</b>	<u><b>10.483</b></u>	<u><b>7.742</b></u>	<u><b>2.741</b></u>

Trata-se de prejuízo fiscal do imposto de renda e a base negativa de contribuição social relativo aos períodos de (2000 a 2008) (2015 e 2016) e estão sujeitos à compensação com lucros tributáveis futuros.

Em virtude da companhia ter gerado resultados tributáveis nos últimos exercícios e apresentar expectativas de realização dos prejuízos fiscais acumulados, foi reconhecido o imposto de renda e contribuição social diferida sobre os prejuízos fiscais passíveis de compensação.

A Administração da Companhia realizou estudo técnico "Revisão Periódica do Crédito Fiscal Diferido Reconhecido do Prejuízo Fiscal do IRPJ e da Base de Cálculo Negativa do CSLL", será enviado para aprovação pelo Conselho de Administração .

Esta revisão foi preparada seguindo as definições da Deliberação CVM n.º 273, de 20 de agosto de 1998, que aprovou o pronunciamento específico emitido pelo IBRACON, bem como a Instrução CVM n.º 371, de 27 de junho de 2002 e Pronunciamento Técnico CPC 32.

**d.3) DEMONSTRATIVO DOS VALORES RECONHECIDOS NO ATIVO CRÉDITOS FISCAIS EM 31/12/2016 (ATE)**

	<u>TOTAL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
<b>RECONHECIDO</b>			
c) Reconhecido como lucros tributários futuros em 2016	17.338	12.748	4.590

## Notas Explicativas

Em virtude da companhia ter gerado resultados tributáveis nos últimos exercícios e apresentar expectativas de realização dos prejuízos fiscais acumulados, foi reconhecido o imposto de renda e contribuição social diferida sobre os prejuízos fiscais passíveis de compensação.

A Administração da Companhia realizou estudo técnico “Revisão Periódica do Crédito Fiscal Diferido Reconhecido do Prejuízo Fiscal do IRPJ e da Base de Cálculo Negativa do CSLL”, será enviado para aprovação pelo Conselho de Administração

### e) Cobertura de seguros

A cobertura de seguros em 31 de dezembro de 2016 é considerada suficiente pela Administração da empresa para cobrir eventuais sinistros.

As premissas de riscos adotados pela empresa, em razão de sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras. Consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

### f) Arrendamento Mercantil

Em 31 de dezembro de 2016 a dívida a valor presente reconhecida contabilmente é de R\$ 634 (R\$ 1.398 em 31 de dezembro de 2015), sendo os compromissos decorrentes de arrendamento mercantil (principal + encargos) assumidos pela Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, relativo à aquisição de equipamentos e veículos, no montante de R\$ 862 (R\$ 1.914 em 31 de dezembro de 2015), e as parcelas serão devidas nos seguintes períodos:

<u>Exercícios</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
2016	-	1.053
2017	604	604
2018	258	257
	<u>862</u>	<u>1.914</u>

### g) Ações Judiciais Ativas

#### g.1) Exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e COFINS.

A ação ajuizada pela Companhia aguarda julgamento em 1ª Instancia. Ações propostas pela Companhia (ASTA) e controlada (ATE). Estima-se o benefício patrimonial decorrentes de tais ações, até 31.12.2016, para Companhia (ATSA) de R\$ 150 e, para a ATE de R\$ 4.833. Ambas as ações estão sobrestadas no Tribunal Regional Federal da Terceira Região aguardando julgamento da matéria pela Supremo Tribunal Federal. No entanto, em 15.03.2017, os Ministros do Supremo Tribunal Federal finalizaram o julgamento do RE n.º 574.706, ao qual se havia atribuído o efeito da repercussão geral. Nesta sessão de julgamento, por maioria de votos, entenderam que o valor do ICMS não deve ser incluído na base de cálculo do PIS, bem como na base de cálculo da Cofins.

## Notas Explicativas

### **g.2) Ação DER/SP**

Ação proposta objetivando a cobrança de créditos decorrentes de contrato administrativo celebrado com o DER, ainda pendente de julgamento em 1ª Instancia, sendo certo que na pericia realizada nos autos, foi apurado, pelo Assistente Técnico indicado, crédito a favor da Companhia (ATSA) no montante de R\$ 10.009, data base jan/2007.

### **g.3) Ação para exclusão de verbas indenizatórias da base de cálculo do INSS**

Ações propostas pela Companhia (ATSA) e a controlada ATE buscando a exclusão das verbas de natureza indenizatória da base de calculo da contribuição previdenciária e a recuperação dos valores recolhidos a esse titulo, sendo a ação ajuizada pela Companhia (ATSA) julgada parcialmente procedente em 1ª e 2ª Instancias, e aquela ajuizada pela Controlada ATE, julgada parcialmente procedente em 1ª Instancia, aguardando julgamento pela 2ª Instancia, não sendo, neste momento, possível a mensuração do beneficio patrimonial de ambas as demandas.

### **g.4) Precatório Judicial**

Nada obstante a deliberação da Companhia (ATSA), em 31.12.2013, em baixar de seu ativo o valor de R\$ 3.848, referente aos créditos decorrentes do Precatório Judicial, extraído da Ação Ordinária promovida contra o DER, processo nº 203/83, em tramite perante a 4ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, em razão da análise de risco quanto a definição de seu valor, a Companhia continua a discussão judicial no sentido de ver reconhecido e pago o crédito, que segundo os cálculos que entende corretos, importa em R\$ 3.769 mil, em 31.12.2016

### **g.5) Multa 10% - FGTS**

A Companhia (ATSA) e a ATE ajuizaram, em 29/01/2014, ações judiciais objetivando a autorização para depósito judicial mensal dos valores relativos à Contribuição Social prevista no artigo 1º da Lei Complementar n.º 110/2001 (multa de 10%), e, no mérito, a declaração da inconstitucionalidade incidental e superveniente da referida exação. Foram proferidas as decisões autorizando os depósitos judiciais, estando, as ações aguardando decisão de mérito. Em 31 de dezembro de 2016 os valores históricos depositados totalizavam R\$ 143 para a ATSA e R\$ 1.265 para a ATE.

### **g.6) Ação DER – Majoração da alíquota do ISS de Cubatão-SP**

A Companhia ingressou com ação indenizatória pelas perdas decorrentes da majoração da alíquota do ISS de Cubatão/SP, de 2% para 5%, referente ao contrato administrativo n.º 18.374-0, estimando-se um valor envolvido de R\$ 1.136.

\* \* \*

## Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

### Comentários sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A Companhia continua a participar de forma seletiva de licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura no âmbito dos governos federal, estaduais e municipais. A expectativa é que os investimentos deverão se comportar, nos próximos anos, em níveis mais moderados, tendo em vista a queda do crescimento do Brasil.

A sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda (ATE) trabalha nas áreas de Construção Pesada, Construção Industrial, Montagem Eletromecânica (incluindo gasodutos, oleodutos e minerodutos) e Perfuração Direcional Horizontal. As atividades das empresas concessionárias de rodovias tendem a continuar compondo um expressivo mercado para o segmento de Construção Pesada, mesmo em tempos de crise econômica. A área de Construção Industrial, apesar de apresentar-se em ritmo menor do que em anos anteriores, tem recebido investimentos privados destinados à ampliação de unidades de produção e implantação de novas fábricas.

As principais atividades da ATE se concentram nos segmentos de Montagem Eletromecânica e de Dutos (gasodutos, oleodutos e minerodutos, dentre outros). Seus principais clientes são: Concessionárias de Gás, Indústrias Petroquímicas, Mineradoras, Produtoras e Transportadoras de Combustíveis.

Face à reestruturação do Plano de Investimentos da PETROBRAS, houve uma diminuição nas contratações de obras e serviços. Acredita-se que nas áreas de atuação da ATE localizadas em terra (*onshore*), projetos prioritários terão continuidade e poderão trazer boas oportunidades de negócio.

Em relação ao mercado de Concessionárias de Gás, a ATE pretende manter a sua atuação junto a clientes, principalmente com: BAHAGÁS, BR DISTRIBUIDORA (Espírito Santo), CEG / GÁS NATURAL (Rio de Janeiro), SCGÁS (Santa Catarina) e COMGÁS (São Paulo).

A Divisão de Perfuração da ATE continua a executar serviços de perfuração direcional horizontal com sondas próprias e de terceiro e está abrindo novas frentes e oportunidades de negócio, inclusive na área marítima (*off shore*).

A Companhia possui cerca de 150 mil m<sup>2</sup> em terrenos, na área urbana da cidade de São Paulo, localizados no bairro de Pirituba. Através de subsidiárias, na formatação de SPE - Sociedades de Propósito Específico, estão sendo desenvolvidos projetos imobiliários numa área de 54 mil m<sup>2</sup>, visando atender a futura demanda de imóveis para a população de média e baixa renda.

Em 2016, a Receita Bruta da Companhia alcançou o valor de R\$ 4.541 mil (R\$ 29.298 mil em 2015) através da prestação de serviços para a ATE e para o DER-SP (etapa final da construção de viaduto). Este baixo resultado reflete a queda acentuada de faturamento em contratações de obras públicas. Para 2017, a ATSA contará com a receita da obra já contratada com o METRÔ – SP, no valor de R\$ 46 milhões e prazo contratual de 17 meses.

A Receita Bruta controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, em 2016, foi de R\$ 138.009 mil, contra R\$ 312.021 mil em 2015, registrando uma queda de 55,8 %, sendo que, no último trimestre, ela foi de apenas R\$ 10.970 mil, devido à consolidação da receita da maioria dos contratos em fase final de execução, como também ao atraso do início de obras contratadas. A previsão para 2017, com dados do mês de março é que a receita alcance o patamar de R\$ 158.000 mil, com expectativa de novas contratações

Em 2016, a Receita Bruta do Consolidado atingiu R\$ 139.362 mil, contra R\$ 321.291 mil, ocorrida no ano anterior.

Para maiores detalhes ver o Relatório da Administração de março de 2017.

## **Proposta de Orçamento de Capital**

### PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA INVESTIMENTOS

Tendo em vista o atual cenário de incertezas na economia do País, permanecem suspensos investimentos referentes a aquisição de máquinas e equipamentos até o momento em que se tenha um melhor cenário das atividades da Companhia e sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

## **Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

### OUTRAS INFORMAÇÕES

Todas as informações foram prestadas nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 31/12/2016 e no Relatório da Administração.

## Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas da

Azevedo & Travassos S.A.

São Paulo – SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Azevedo & Travassos S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Azevedo & Travassos S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Ênfase

Chamamos atenção para o descrito na Nota Explicativa 1.2 Estratégia Operacional, que dá detalhes sobre a estratégia em execução para a retomada do equilíbrio financeiro da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada quanto a esse assunto.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Valor recuperável de ativo imobilizado

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 3, a Companhia avaliou a existência de indicadores de perda por redução ao valor recuperável em relação às suas Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”), e para o cálculo do valor recuperável de cada segmento de negócio, utilizou-se de avaliações com base no método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras de cada segmento. Devido às incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação desses ativos, como a taxa de desconto, o crescimento econômico projetado, a inflação de custos utilizados na determinação do valor em uso dos ativos, e à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento do desenho e implementação dos controles internos relacionados com a preparação e revisão do orçamento e análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia. Avaliamos a razoabilidade da estimativa dos valores em uso preparada pela Companhia, da determinação das Unidades Geradoras de Caixa e da metodologia utilizada para o teste de redução do valor recuperável. Avaliamos as premissas e as metodologias utilizadas pela Companhia na preparação do modelo e comparamos as premissas com dados obtidos de fontes externas, quando disponível, como o crescimento econômico projetado, a inflação de custos e as taxas de desconto, assim como realizamos uma análise de sensibilidade sobre essas premissas. Comparamos a soma dos fluxos de caixa descontados com o valor registrado de ativo imobilizado e intangível da Companhia para determinação do valor em uso. Os resultados dos nossos procedimentos de auditoria sobre o teste do valor recuperável do ativo imobilizado e intangível, foram consistentes com a avaliação da Companhia e considerados na formação da nossa opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas.

#### Impostos diferidos ativos

Conforme mencionado nas Nota Explicativa nº 3, a Companhia reconhece os impostos diferidos ativos com base na existência de probabilidade razoável de que gerará lucro tributável futuro para a utilização de tais ativos. Devido às incertezas inerentes ao negócio que impactam as projeções de resultado tributável futuro e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação desses impostos ativos diferidos e o fato de a Companhia exercer um julgamento significativo na determinação do valor dos lucros tributáveis futuros que são baseados em projeção de receita, custos e resultado financeiro, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento dos controles internos relacionados às projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pela Companhia. Avaliamos a natureza das diferenças temporárias, bem como da base do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social que compõem a base tributável. Adicionalmente, avaliamos as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia, e comparamos as premissas com dados obtidos de fontes externas, quando disponíveis, tais como o crescimento econômico projetado, a inflação de custos e as taxas de desconto, assim como realizamos uma análise de sensibilidade na projeção de receita e custos. Comparamos ainda o resultado esperado de lucro tributável futuro e o limite do valor a ser registrado como imposto diferido ativo da Companhia. Os resultados dos nossos procedimentos de auditoria sobre o teste de recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, foram consistentes com a avaliação da Companhia e considerados na formação da nossa opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas.

Reconhecimento de Receita - estimativa dos custos de construção e percentual de conclusão da obra ("POC") – Controladora e Consolidado

A Companhia utiliza o método de Porcentagem de Conclusão ("POC" – "Percentage of completion") para contabilizar as receitas brutas de vendas e serviços. Devido à relevância dos custos de construção a incorrer e ao alto grau de julgamento envolvido na determinação dessa estimativa, usada na determinação do cálculo do percentual de conclusão da obra que são base para o reconhecimento de receita e que pode impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, a implementação e, com base em amostragem, a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à aprovação e acompanhamento das estimativas, à avaliação da metodologia, índices e premissas utilizados pela Companhia no cálculo da atualização dos orçamentos de custos de construção individualizados por obra. Com base em uma amostra das obras, inspecionamos os orçamentos de custos e respectivas aprovações, confrontamos também por amostragem, o valor dos custos incorridos com a respectiva documentação suporte, avaliamos a natureza e razoabilidade das mudanças ocorridas no custo e efetuamos a análise substantiva da razoabilidade do percentual de evolução da obra. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia.

Provisões e passivos contingentes – fiscais, trabalhistas e cíveis – Controladora e Consolidado

A mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, mencionadas na nota explicativa nos. 3 e 21.c, requerem julgamento profissional da Companhia. A classificação de riscos de tais processos envolve julgamentos significativos que podem resultar em impactos relevantes sobre o valor reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo suas divulgações e sobre o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação e mensuração das Provisões e Passivos Contingentes consideramos esse como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, a implementação e, com base em amostragem, a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes. Adicionalmente, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, a razoabilidade dos critérios e premissas utilizados na metodologia de mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, bem como dados e informações históricas. Analisamos também a adequação das divulgações da Companhia em relação às informações sobre a natureza, exposição e os valores dos riscos sobre os principais processos envolvendo a Companhia.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2017

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

### **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Azevedo & Travassos S.A., no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2016. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração, no Relatório sobre às Demonstrações Financeiras acima referidas, elaborado pela Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes S/S, sem ressalvas, e tendo presenciado a reunião do Conselho de Administração, aprovou, com a abstenção dos votos dos Conselheiros Endrigo de Pieri Perfetti e Paulo Amador Thomaz Alves da Cunha Bueno, as Demonstrações Financeiras do mencionado exercício. Os demais membros do Conselho Fiscal são de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembléia Geral de Acionistas.

São Paulo, 31 de março de 2017.

Endrigo de Pieri Perfetti

Genival Francisco da Silva

Luciano Neves Penteado Moraes

Paulo Amador Thomaz Alves da Cunha Bueno

Walter Ramos Filho

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2016.

São Paulo, 31 de março de 2017

Renato de Almeida Pimentel Mendes

Aluizio Guimarães Cupertino

Diretor

Diretor

Abelardo Gomes Parente Junior

Diretor

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2016.

São Paulo, 31 de março de 2017

Renato de Almeida Pimentel Mendes

Aluízio Guimarães Cupertino

Diretor

Diretor

Abelardo Gomes Parente Junior

Diretor